

Estatísticas de gênero: responsabilidade por afazeres afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho

Editoria: [Estatísticas Sociais](#)

07/03/2018 10h00 | Atualizado em 08/06/2018 12h10

* Dados tachados atualizados em 08/06/2018.

A proporção de trabalhadores em ocupações por tempo parcial (até 30 horas semanais) é maior entre as mulheres (28,2%) do que entre os homens (14,1%). Isso pode estar relacionado à predominância feminina nos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, aos quais as mulheres trabalhadoras dedicavam 73% mais horas do que os homens.

Seja no conjunto da população, seja no universo do trabalho, as mulheres são mais escolarizadas do que eles, mas o rendimento médio delas equivale a cerca de $\frac{3}{4}$ dos homens. Além disso, no Brasil, ~~62,2%~~ 60,9% dos cargos gerenciais (públicos ou privados) eram ocupados por homens enquanto que apenas ~~37,8%~~ 39,1% pelas mulheres, em 2016.

A dimensão educacional também revela a grande desigualdade existente entre as mulheres, segundo sua cor ou raça: 23,5% das mulheres brancas têm ensino superior completo, um percentual 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) que concluíram esse nível de ensino.

Na vida pública do país, apesar da existência de cota mínima (30%) de candidaturas de cada sexo em eleições proporcionais estabelecida pela Lei 12.034, em 2017, as mulheres eram apenas 10,5% dos deputados federais em exercício. Esta proporção (10,5%) é a mais baixa da América do Sul, enquanto a média mundial de deputadas é 23,6%.



Na esfera estadual e distrital, 26,4% dos policiais civis e 9,8% dos policiais militares eram mulheres. Apenas 7,9% dos municípios brasileiros contavam com delegacia especializada no atendimento à mulher em 2014.

A taxa de fecundidade adolescente é um indicador que vem se reduzindo no país: de 2011 para 2016, a taxa de fecundidade entre as mulheres de 15 a 19 anos de idade caiu de 64,5 para 56,0 nascimentos a cada mil mulheres. No entanto, a desigualdade regional desse indicador é grande: no Acre, praticamente uma em cada dez mulheres nesse grupo etário teve filho em 2016, enquanto no Distrito Federal a maternidade chegou para apenas 4 em cada cem adolescentes.

Essas são algumas das informações das **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**, que analisa as condições de vida das brasileiras a partir de um conjunto de indicadores proposto pelas Nações Unidas.

A publicação e o material de apoio dessa divulgação podem ser acessados à direita desta página.

O IBGE compilou informações de suas pesquisas e de fontes externas para elaborar as Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Esses indicadores estão agrupados em cinco temas: estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; educação; saúde e serviços relacionados; vida pública e tomada de decisão; e direitos humanos das mulheres e meninas.

As informações são das pesquisas do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD e PNAD Contínua), Projeções da População, Estatísticas do Registro Civil, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), além do Ministério da Saúde, Presidência da República, Congresso Nacional, Tribunal Superior Eleitoral e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Mulheres que trabalham dedicam 73% mais horas do que os homens aos cuidados e/ou afazeres domésticos

Em 2016, desagregando-se a população ocupada do país por sexo, as mulheres dedicavam 18,1 horas semanais aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos – cerca de 73% a mais de horas do que os homens (10,5 horas semanais).

Regionalmente, a maior desigualdade estava no Nordeste, onde as mulheres dedicaram 19,0 horas semanais àquelas atividades, ou 80% de horas a mais do que os homens.

As mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com 18,6 horas semanais. Entre os homens, o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça ou região.

28,2% das mulheres e 14,1% dos homens trabalham em tempo parcial

Mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, em muitos casos, aceitam ocupações com carga horária reduzida. A proporção de ocupados trabalhando por tempo parcial (até 30 horas semanais) mostra um percentual mais elevado de mulheres (28,2%), quando comparado com os homens (14,1%). Nas regiões Norte e Nordeste, a proporção de mulheres passa de 36%.

As mulheres pretas ou pardas foram as que mais exerceram ocupação por tempo parcial, alcançando 31,3% do total, enquanto 25,0% das mulheres brancas se ocuparam desta forma, em 2016. Para os homens, somente 11,9% dos brancos se ocuparam por tempo parcial, ao passo que a proporção de pretos ou pardos era de 16,0%.

Mulheres continuam recebendo menos do que os homens



Em relação aos rendimentos médios do trabalho, as mulheres seguem recebendo, em média, cerca de $\frac{3}{4}$ do que os homens recebem. Em 2016, enquanto o rendimento médio mensal dos homens era de R\$2.306, o das mulheres era de R\$1.764.

Considerando-se a rendimento médio por hora trabalhada, ainda assim, as mulheres recebem menos do que os homens (86,7%), o que pode estar relacionado com a segregação ocupacional a que as mulheres podem estar submetidas no mercado de trabalho. O diferencial de rendimentos é maior na categoria ensino superior completo ou mais, na qual o rendimento das mulheres equivalia a 63,4% do que os homens recebiam, em 2016.

Mulheres e homens têm proporção equilibrada de acesso a telefone celular

Quanto ao acesso e uso de novas tecnologias, importante para análise do grau de autonomia da mulher, os resultados indicam que a proporção de mulheres que possuem telefone celular no Brasil (78,2%) é levemente superior a dos homens (75,9%).

Tal proporção é superior para as mulheres em todas as grandes regiões, com exceção da região Sul, onde a masculina (82,1%) é ligeiramente maior que a feminina (81,9%).

Atraso escolar é maior entre homens pretos ou pardos

Nós utilizamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Para saber mais sobre como tratamos os dados pessoais, consulte nossa [Política de Privacidade](#).

PROSSEGUIR

36,8% dos homens dessa faixa etária possuíam atraso escolar para o ensino médio, resultante de repetência e/ou abandono escolar.

Considerando-se a cor ou raça, a desigualdade no atraso escolar era considerável entre as mulheres: 30,7% das pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentaram atraso escolar no ensino médio, enquanto 19,9% das mulheres brancas dessa faixa etária estavam na mesma situação. Mas o maior diferencial (mais que o dobro) foi entre os percentuais desse atraso nas mulheres brancas (19,9%) e dos homens pretos ou pardos (42,7%).

Proporção de pessoas com superior completo é maior entre as mulheres

Como resultado dessa trajetória escolar desigual, relacionada a papéis de gênero e entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, as mulheres atingem em média um nível de instrução superior ao dos homens. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível "Superior completo", especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens.

Novamente, constata-se desigualdade entre mulheres por cor ou raça. O percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7,0%).

94,7% das mulheres teve acesso a pré-natal

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013, entre as mulheres de 18 a 49 anos de idade, 97,4% tinham sido atendidas pelo menos uma vez em uma consulta pré-natal com profissional de saúde especializado na última gravidez. As mulheres nessa faixa etária que chegaram a ser atendidas em pelo menos quatro consultas foram 93,9%.

Na desagregação por cor ou raça, ambos os indicadores sobre atendimento em consulta pré-natal apresentam desigualdade: enquanto 98,6% das mulheres brancas foram atendidas em no mínimo uma consulta com profissional de saúde especializado na última gravidez, entre as pretas ou pardas esse percentual foi menor: 96,6%.



Quando o parâmetro é ter frequentado no mínimo quatro consultas, o percentual foi de 95,4% para as mulheres brancas e 92,8% para as mulheres pretas ou pardas. Essas desigualdades se acentuam regionalmente: na região Norte, por exemplo, o percentual de mulheres brancas que foram atendidas em no mínimo quatro consultas (98,5%) superou o de mulheres pretas ou pardas (87,9%) em mais de dez pontos percentuais.

Uma em cada quatro mulheres não utilizava método contraceptivo

Ainda segundo a PNS 2013, 72,3% das mulheres de 18 a 49 anos casadas ou em união, sexualmente ativas e que não estavam na menopausa utilizavam algum método para evitar a gravidez, ou seja: mais de 1/4 das mulheres nesse grupo não utilizavam qualquer método contraceptivo. No Norte (68,4%) e Nordeste (71,5%) os percentuais estavam abaixo da média nacional.

Tabagismo é mais frequente entre homens e a obesidade, entre mulheres

A PNS 2013 também revela que o Brasil espelha a tendência mundial de maior incidência de tabagismo entre os homens e de obesidade entre as mulheres: 18,9% dos homens fumavam algum produto de tabaco, percentual que foi de 11,0% para as mulheres. Já a proporção de homens obesos (17,5%) era inferior à de mulheres obesas (25,2%).

A experiência de vida das mulheres aos 60 anos era maior do que a dos homens e aumentou entre 2014 e 2016. Em

Nós utilizamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Para saber mais sobre como tratamos os dados pessoais, consulte nossa [Política de Privacidade](#).

deputada federal: Paraíba, Sergipe e Mato Grosso.

Em 2017, o Brasil ocupava a 152ª posição entre os 190 países que informaram à Inter-Parliamentary Union o percentual de assentos em suas câmaras baixas (câmara de deputados) ou parlamento unicameral ocupados por mulheres parlamentares em exercício.

Na América do Sul, o Brasil mostrou o pior resultado. No mundo, as mulheres ocupavam, em média, 23,6% dos assentos nas câmaras baixas ou parlamentos unicamerais.

Mulheres ocupavam 37,8% 39,1% dos cargos gerenciais em 2016

No Brasil, em 2016, ~~62,2%~~ 60,9% dos cargos gerenciais, tanto no poder público quanto na iniciativa privada, eram ocupados por homens e ~~37,8%~~ 39,1% por mulheres. A participação das mulheres em cargos gerenciais era mais alta entre as gerações mais jovens, variando de ~~43,4%~~ 43,1% entre as mulheres com 16 a 29 anos, até ~~31,3%~~ 31,8% entre as mulheres com 60 anos ou mais de idade.

Mulheres eram 26,4% do efetivo das polícias civis em 2014

O percentual de policiais mulheres é um indicador que, além de atender à meta de integrar as mulheres à vida pública, compõe as medidas de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Esse atendimento se dá no âmbito das polícias civis, subordinadas aos governos estaduais. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), em 2013, a proporção de mulheres no efetivo das polícias civis das unidades da Federação era de 26,4%.

Considerando o total efetivo das polícias civis e militares, a proporção de mulheres no país era de 13,4%; o total de mulheres no efetivo nacional das polícias militares era de 9,8%. A unidade da Federação com a menor participação de mulheres no somatório do efetivo policial militar e policial civil era o Rio Grande do Norte, com 5,1%, e a que tinha a maior participação era o Amapá, com 23,4%.

Apenas 7,9% dos municípios têm delegacias especializadas para atender mulheres



A existência de delegacias especializadas no atendimento à mulher não integra o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. No entanto, é oportuno lembrar que a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2014 e a Estadic 2014 identificaram que apenas 7,9% dos municípios brasileiros contavam com este tipo de delegacia.

Segundo essas mesmas pesquisas do IBGE, em 11 das 27 Unidades Federação, o tema da violência doméstica e de gênero havia sido abordado no programa de capacitação continuada oferecido aos profissionais no ano anterior.

No Acre, uma em cada dez mulheres de 15 a 19 anos de idade foi mãe em 2016

Em 2016, a taxa de fecundidade adolescente era de 56,0 nascimentos a cada mil mulheres na faixa dos 15 aos 19 anos de idade. Essa taxa vem diminuindo gradativamente a cada ano, tendo alcançado 64,5 nascimentos por mil mulheres em 2011.

Entre as regiões, as menores taxas estavam no Sul (45,4 por mil) e Sudeste (45,6); no outro extremo, a região Norte registrou 85,1 nascimentos para cada mil mulheres de 15 a 19 anos. A menor taxa entre as unidades da Federação foi do Distrito Federal, 38,6. O Acre apresentou a maior taxa de fecundidade, 97,8 nascimentos por mil mulheres de 15 a 19 anos, ou cerca de um nascimento para cada dez mulheres nessa faixa etária.

Nós utilizamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Para saber mais sobre como tratamos os dados pessoais, consulte nossa [Política de Privacidade](#).



Nós utilizamos cookies para melhorar sua experiência de navegação no portal. Para saber mais sobre como tratamos os dados pessoais, consulte nossa [Política de Privacidade](#).